

Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso

Fabiana Pinheiro Ramos

Helerina Aparecida Novo

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O objetivo do presente trabalho é discutir algumas representações que circularam na mídia impressa a respeito do caso de um seqüestro de ônibus que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em junho do ano 2000. O seqüestro foi transmitido ao vivo pela TV e teve um desfecho trágico, tendo recebido ampla cobertura nos meios de comunicação. Foram analisadas duas matérias de revistas semanais de circulação nacional e setenta matérias de um jornal de grande circulação em São Paulo e no resto do país. A discussão é centrada na figura do agente da violência – o criminoso, a partir da perspectiva da produção da alteridade. Os resultados apontam que a mídia, na maioria das vezes, contribui para a mitificação do fenômeno da violência e para a manutenção da concepção de que a violência é um problema individual de alguém que não sabe lidar com suas emoções e dificuldades, e que merece, portanto, ser excluído do convívio social.

Palavras-chave: violência; seqüestro; criminoso; mídia

Abstract

Media, violence and otherness: a case study. The objective of this paper is to discuss some representations that circulated on press media about the bus kidnapping case that occurred in the city of Rio de Janeiro, in June 2000. The kidnapping was aired live on TV with a big mass media coverage, and it had a tragic end. Our analysis comprised two reports of magazines of national circulation and seventy news reports of an important newspaper from São Paulo, read all over the country. The focus of the analysis is the figure of the agent of violence – the criminal, adopting the otherness production perspective. The results showed that media contribute to mystify the violence, and to sustain the conception that violence is an individual problem of someone who cannot deal with emotions and difficulties, and therefore deserves to be excluded from social ground.

Key words: violence; kidnapping; criminal; media

O medo e a insegurança que dominam mentes e corações na vida cotidiana, particularmente nos grandes centros urbanos, têm trazido inúmeras conseqüências que vêm sendo analisadas e discutidas, seja no âmbito do senso comum das ruas, seja na academia ou em gabinetes políticos. Entender o universo complexo das determinações dos diversos fenômenos abrangidos pelo rótulo da violência tem sido um desafio que as Ciências Sociais vêm enfrentando nas últimas décadas.

No contexto social circulam diversas representações sociais da violência que necessitam ser compreendidas, uma vez que orientam e guiam as práticas sociais. As *representações sociais* são formas de conhecimentos socialmente elaborados e partilhados, cujo propósito é transformar algo não familiar em familiar, expressando uma mediação entre o sujeito psíquico e a realidade social. A representação é uma ação simbólica de um sujeito em relação a um mundo, mas seu processo de produção é social.

O conceito de Representação Social designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais amplamente, designa uma forma de pensamento social. As Representações Sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. (Jodelet, citada por Sá, 1993, p. 32)

As representações sociais são sistemas de interpretação da realidade e têm caráter histórico; não são uma construção definitiva, mas apresentam certa plasticidade.

A mídia contribui para a divulgação e reflexão de diversas representações sociais sobre a violência, uma vez que as notícias sobre esse tema são bastante veiculadas nas manchetes dos meios de comunicação. Existem diferentes formas de violência mas, na imprensa, o foro privilegiado tem sido a problemática do crime (Adorno, 1995).

Vários elementos se fazem presentes no cenário da violência: a(s) vítima(s) da violência, a atuação da polícia e do governo, o indivíduo que praticou a agressão, a família e o círculo social de vítimas e criminosos e a população que assiste perplexa aos acontecimentos do cotidiano. Como fenômeno complexo, a violência pode ser analisada de diversos ângulos, não necessariamente contraditórios entre si, podendo ser destacado ou privilegiado algum aspecto da análise, sem esgotar o problema. Focalizaremos, nesse trabalho, a produção e divulgação de representações sobre o agente da violência (o criminoso) veiculada pelos meios de comunicação.

É através da perspectiva da *produção da alteridade* (Arruda, 1999) que buscamos compreender as representações que se constroem sobre a figura do criminoso. Na análise da Psicologia Social, o termo *produção da alteridade* se refere ao processo de elaboração da diferença em relação a um *outro*, sendo orientada para o interior do próprio grupo em termos de proteção e para o exterior em termos de desvalorização do diferente, associando num mesmo movimento construção da identidade e exclusão da diferença, conforme afirma Jodelet (1999): “A alteridade é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolivelmente ligados como os dois lados de uma mesma folha, mantêm sua unidade por meio de um sistema de representações” (p. 47-48).

A produção da alteridade atinge o domínio das práticas e dos discursos, tornando-se núcleo estruturante do universo simbólico através do trabalho de aproximação e incorporação da diferença. Tal processo supõe representações, teorização e organização dos afetos; não apenas pensamos e falamos sobre criminosos, mas sentimos *algo* em relação a eles: frequentemente, raiva e desprezo. Em períodos ou situações de crise, as dimensões negativas que as representações do *outro* assumem são intensificadas através de sua degradação e desumanização.

As representações do *outro* em tempos de crise refletem uma profunda divisão entre um *nós* correto e um *eles* desordenado (...) A construção do *outro* como poluído e poluidor, fora do controle e perverso, é motivada pela necessidade de manter o sentimento de *retidão*, de ordem e controle. (Joffe, 1999, p. 124)

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de produção da alteridade e suas relações com a criminalidade, bem como o papel da mídia na divulgação de representações sobre a violência criminal. As análises serão feitas a partir do estudo de um caso de violência que foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

O Caso

No dia 12 de Junho de 2000, às 14h20m, um homem (Sandro do Nascimento) embarca no bairro Jardim Botânico, cidade do Rio de Janeiro, em um ônibus que faz a linha 174, com um revólver calibre trinta e oito à mostra. Vinte minutos depois, um passageiro sinaliza para um carro da polícia que intercepta o ônibus. Nesse momento, alguns passageiros conseguem fugir, e dez pessoas ficam como reféns dentro do

ônibus. Enquanto começam as negociações com o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da polícia, seguem-se ameaças, tiros, e reações exaltadas por parte do seqüestrador, que simula atirar em uma das reféns e obriga outra a escrever frases de ameaça no vidro do ônibus. Às 18h49m o seqüestrador Sandro desce do ônibus com uma das reféns, a professora Geísa Firmo, e três policiais se aproximam. Um dos soldados do BOPE avança contra Sandro e tenta matá-lo, mas erra o alvo e atinge a refém. O seqüestrador, usando o corpo da refém como escudo dá mais dois tiros na professora, que resultam em sua morte. Sandro é preso e, após ser levado no camburão da Polícia Militar, é morto por asfixia dentro do carro por cinco policiais. O conflito durou quatro horas seguidas e foi transmitido ao vivo pela TV.

O episódio escolhido apresenta algumas características relevantes. Em primeiro lugar, o seqüestro foi, em sua maior parte, transmitido ao vivo por, pelo menos, duas redes de TV: a *Rede Record* (TV aberta) e a *Globo News* (TV por assinatura). Segundo dados da Revista *Veja* (Entre o banditismo e a ineficiência policial, 2000), perto de trinta e cinco milhões de brasileiros acompanharam o seqüestro ao vivo. A transmissão do seqüestro amplificou o alcance da notícia permitindo que um grande número de sujeitos tivesse acesso a ela e contribuiu para uma maior circulação de representações sobre o fato, diferentemente do que ocorreria se fosse uma notícia apenas veiculada pela mídia impressa.

Em segundo lugar, aconteceu na cidade do Rio Janeiro, uma das principais capitais do país, vista também como uma das cidades mais violentas. O episódio repercutiu de tal forma que, no dia seguinte, foi anunciado um pacote de medidas nacionais de segurança pública e começou-se um movimento no Rio de Janeiro contra a violência (liderado por uma das reféns do seqüestro) que se estendeu a outras cidades.

Em terceiro lugar, pelo desfecho da situação, com a morte de uma refém (gerando grande comoção nacional), causada não diretamente pelo seqüestrador, mas por um erro policial, justamente quando a situação parecia caminhar para um final menos trágico. A atuação da polícia no caso trouxe à tona os sentimentos e as crenças relativos ao papel da polícia na segurança pública do país, gerando uma crise nesse setor.

E por último, e não menos importante, pela ação de extermínio dos policiais envolvidos, ao assassinar o seqüestrador.

Estratégia de análise

As análises das relações entre o processo de produção da alteridade e a criminalidade, bem como do papel da mídia na divulgação de concepções sobre a violência foram realizadas através do procedimento da análise de conteúdo (Bardin, 1977), utilizando-se reportagens veiculadas pela mídia impressa.

Foram analisadas as seguintes matérias que tratavam do episódio: uma matéria da Revista *Veja* (Entre o banditismo e a ineficiência policial, 2000), de circulação nacional, que trazia na capa uma chamada sobre o seqüestro; uma matéria da Revista *Época* (Passageiros do horror, 2000), de circulação nacional, cuja capa era sobre o seqüestro, trazendo uma foto

do seqüestrador empunhando uma arma sobre a boca da refém e o título: “Passageiros do Horror”; e setenta matérias da *Folha de São Paulo*, jornal de circulação nacional.

As matérias da *Folha de São Paulo* foram obtidas através do recurso “Arquivos da Folha” (www.uol.com.br/fsp), que permite a consulta de todas as reportagens publicadas sobre um determinado assunto. O procedimento de seleção das reportagens se deu da seguinte forma: colocou-se na ferramenta de busca a palavra *Geísa* (nome da refém), solicitando todas as ocorrências no ano de 2000. Para efeito desta análise, *reportagem* se refere a cada texto em que a palavra *Geísa* aparece, não importando que alguns textos fossem apenas chamadas de primeira página ou de capa.

As análises que nos interessam dizem respeito às representações veiculadas pelos meios de comunicação sobre o seqüestro e o criminoso. Não nos interessa tentar compreender as “verdadeiras motivações do ato do criminoso”, ou discutir se a conduta policial foi adequada ou não. O que buscamos compreender é o processo de produção de uma rede de significações sobre a violência e sobre o criminoso através da mídia, que envolve as afirmações selecionadas na publicação da matéria, as fotos utilizadas, a forma de construir o texto, e principalmente, o conteúdo explícito ou implícito do que é escrito (e, portanto, *dito*) nas reportagens.

A montagem do espetáculo

Mídia e violência

O sujeito contemporâneo encontra-se cada vez mais recluso ao espaço privado, restrito ao convívio familiar, principalmente nos grandes centros urbanos. Os espaços públicos onde novas experiências e significações podem surgir são cada vez mais raros, e valoriza-se cada vez mais a privatização da vida cotidiana como um modelo a ser alcançado.

Nos grandes centros urbanos não possuímos a visibilidade do todo, do conjunto social, nos sentimos isolados em meio a uma multidão de estranhos. A cidade com seu constante movimento e fluxo não se deixa traduzir facilmente, torna-se difícil apreender os acontecimentos sociais.

Os habitantes da cidade não conseguem vê-la, ela não se deixa ler (a metrópole). Para conhecê-la precisamos ampliar nossos sentidos e nosso entendimento. Temos necessidade de mediadores, instrumentos que tornem a nossa visão e nossa compreensão mais abrangentes. Não são microscópios e não são telescópios. São a televisão, o rádio e o jornal. (Mello, 1999, p. 131)

Podemos compreender o enorme fascínio que o seqüestro transmitido ao vivo pela TV gerou na população: as lentes da câmera eram a extensão de nossos sentidos, nossos olhos e ouvidos para captar a situação. A mídia é responsável pela ampliação do mundo social e do que nele ocorre, provocando a ilusão de que participamos das mais diversas situações que são reproduzidas na tela do televisor.

Uma das matérias da *Folha de São Paulo*, intitulada “O horror via satélite” (2000), mostra a dimensão do impacto gerado pela transmissão televisiva do seqüestro:

“Nem final de campeonato de futebol juntou tanta gente. Quando o seqüestrador pareceu ter sido baleado pela polícia, todos comemoraram”, afirma João Miranda, gerente de uma loja de eletrodomésticos de São Paulo. (...) Ao vivo a violência bateu recordes. No final do seqüestro, a audiência da TV Record, a única de canal aberto a transmitir sem interrupção, era de 26 pontos. (...) Os índices se repetiram em outras TVs, e pela primeira vez, na Internet. (...) “O grande acontecimento não foi o seqüestro, e sim a transmissão”. (p. C8)

Impulsionados pelos índices alcançados com a transmissão do seqüestro, os principais jornais e revistas do país publicaram, nas semanas seguintes, suas versões sobre o fato. Na reportagem da Revista *Época* (Passageiros do horror, 2000), o aspecto que mais chama a atenção é a maneira como as figuras da refém e do seqüestrador são descritas. A vida da professora Geísa é apresentada como a de uma heroína tentando sobreviver, e a de Sandro como um desviado sem rumo, pronto a cometer o ato que cometeu. Na Carta do Editor, seção inicial da revista, percebe-se o tamanho do impacto causado pela notícia neste veículo, pois o Diretor da Redação afirma que, pela primeira vez, a capa da revista concentrava-se num único assunto (p. 19).

A reportagem tem sete páginas, das quais cinco descrevem a trajetória de Geísa e de Sandro até o momento do seqüestro. Só na sexta página aparece a descrição dos fatos ocorridos no momento do seqüestro. A reportagem parece extraída de um conto literário e o leitor pode ser levado a uma interpretação maniqueísta do fato. Geísa sendo descrita como uma “pobre menina cheia de sonhos e esperanças que lutava para sobreviver” e Sandro como “o desviado/transviado sem nenhuma esperança ou futuro na vida”. A reportagem comunica mais do que fatos:

Geísa despediu-se de Beethoven, gato preto de olhos amarelos. Deixava para trás calcinhas e cuecas penduradas no varal e a casinha povoada de escassos móveis. Sobre a penteadeira do quarto, o diário e um caderno escolar. Nele, registrava esperanças. Recortava e colava sonhos – roupas de moda, eletrodomésticos, móveis novos. Procurava desenhar a planta da casa que jamais chegaria a construir. (...) Do diário de Geísa emerge a esperança: “– Estou viajando para o Rio de Janeiro. Estou indo ao encontro da minha felicidade.” (Passageiros do horror, 2000, p. 39)

Em uma das crônicas da *Folha de São Paulo*, denominada “Geísa, a professora de olhos tristes” (2000), o mesmo movimento de transformar Geísa em heroína se evidencia, embora saibamos que o objetivo de uma crônica não é informar, e sim contar uma história:

Ela tinha os cabelos encaracolados, caídos sobre os ombros, os lábios grossos, as sobrancelhas largas e um leve olhar no olhar distante entre a tristeza e a bondade. Era uma pobre professorinha do Ceará, que emigrou na saga desse sofrido povo do Nordeste, entre a esperança de viver melhor e o

desejo de voltar algum dia para rever tudo que deixou. (...) Que pena olhar as mãos calosas da menina Geísa, que foi para o Rio em busca da felicidade e morre pela sanha de um bandido e por tiros da polícia. (p. A2)

As notícias não são neutras, elas vêm acompanhadas de uma interpretação do mundo. Os discursos contidos nas reportagens oferecem ao leitor uma antecipação de interpretações e sentidos sobre o mundo e as situações de violência, influenciando sua percepção da realidade e restringindo sua capacidade de elaboração de significados. Soma-se a isso o fato dos sujeitos não viverem diretamente essas situações, o que dificulta ainda mais uma elaboração própria e facilita a assimilação dos sentidos disseminados.

Os indivíduos, por não terem acesso direto à situação, tendem a assumir como seu o discurso homogêneo produzido pela TV, que lhes oferece uma representação cultural e social produzida por determinados segmentos da sociedade que dominam o cenário sócio-econômico. A mídia acaba envolvida na geração e manutenção de preconceitos e estereótipos que, em geral, estigmatizam as populações mais pobres.

No que diz respeito à violência, em especial a violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas. (Mello, 1999, p. 138)

Obviamente, os indivíduos não são apenas receptores passivos das informações veiculadas pela mídia, sem maiores críticas. A relação entre emissores e receptores nunca é direta, linear e unívoca, evidenciando o caráter complexo dessas interações (Souza, 1995). Não podemos negar, porém, que a informação se tornou necessidade para o sujeito contemporâneo, e que o discurso televisivo vem assumindo um papel importante na mediação das relações das pessoas com o real, substituindo de forma crescente outras dimensões da experiência.

Não se trata de culpabilizar a imprensa, tornando-a a única responsável pela dramatização da violência, na medida em que ela apenas reforça certas concepções presentes na sociedade. Conforme afirma Adorno (1995):

De um lado, precisamos levar em consideração as políticas de comunicação – quais as motivações das agências de comunicação ao veicular a criminalidade de determinada forma –, de outro lado, não podemos esquecer que a imprensa é uma expressão da opinião pública, é uma expressão da população. *A imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares, que de certo modo dramatizam a criminalidade, e tem certa relação de identidade com essa dramatização e com o modo como a criminalidade é veiculada.* [grifo nosso] (p. 188)

A transmissão do seqüestro ao vivo serviu para corroborar a idéia de que vivemos em um mundo caótico e assustador, contribuindo para a mitificação do fenômeno da

violência que acaba por ganhar contornos de um “mal social”, um “fantasma” a nos rondar e assustar. Tais representações geram um sentimento constante de insegurança por parte dos indivíduos, que se sentem ameaçados e vulneráveis em seu cotidiano. A violência passa a ser encarada como um fenômeno natural e impossível de ser eliminado (Novo, 1996).

No trecho seguinte, extraído da *Folha de São Paulo*, vemos como o problema é abordado a partir da fala de um especialista:

O problema, acha o sociólogo Tulio Khan, é que esse tipo de cobertura superdimensiona os crimes violentos e dá uma visão deturpada quanto ao perigo real. A população acaba ficando com uma sensação de insegurança maior do que a existente no cotidiano. Sob o ponto de vista de índices e estatísticas o sociólogo tem razão. Mas o que pode meia dúzia de índices diante de quase cinco horas de suspense e violência explícitos? (O horror em tempo real, 2000, p. 11)

Aparentemente, a reportagem concorda com a análise do sociólogo de que a violência acaba sendo mitificada pela mídia, mas termina por reafirmar o poder das cenas de violência em nos levar a superdimensionar e supervalorizar o perigo.

Nenhuma das reportagens analisadas questionou que a presença de redes de TV pode ter sido um fator importante para alterar os rumos do seqüestro. Podemos supor que se o seqüestro não estivesse sendo transmitido ao vivo pela TV, o desfecho poderia ter sido bem diferente. O seqüestrador talvez não estivesse tão nervoso ou a pressão sofrida pela polícia poderia ser atenuada, o que talvez não tivesse acarretado tantos erros. Não sabemos. A TV foi vista como um instrumento neutro que estava ali apenas transmitindo os fatos quando, na realidade, era mais uma personagem envolvida naquela cena de violência.

Resgatar a importância dos espaços públicos de convivência onde novas representações, diferentes das veiculadas pelos meios de comunicação, possam emergir, parece ser uma importante alternativa ao processo de midiaticização da vida. “Só a variedade da experiência poderia relativizar o poder da rede de imagens criada pela televisão, e desenfeitiçar o espectador fascinado pelo código de realização de desejos dessa mídia” (Kehl, 1995, p. 179).

Ao ter contato com novas pessoas e experiências, os indivíduos têm a oportunidade de confrontar suas representações de mundo e questionar os significados produzidos pelas instituições sociais; dessa forma, emergem novas possibilidades de elaboração e construção de interpretações próprias acerca da realidade, favorecendo o surgimento de novas concepções sobre a violência (Souza, 1998).

A mídia, por sua vez, pode contribuir para a divulgação e manutenção de estereótipos (já presentes no tecido social) relacionados com a figura do criminoso, ou provocar reflexões que contribuam para a emergência de novas representações sobre o tema.

Alteridade, mídia e criminalidade

Analisar as representações sobre o agente da violência significa discutir como somos sensibilizados a ver e a

interpretar os atos violentos, na maioria das vezes abstraído as relações materiais concretas do indivíduo na sociedade.

A brutal morte da professora, vítima de um erro policial, transmitido ao vivo e em cores pela TV gerou grande comoção, indignação e revolta na população, posteriormente veiculadas nos meios de comunicação. Quanto ao bandido, assassinado por asfixia dentro do camburão da Polícia Militar, a mesma indignação não pareceu tomar conta da população. Os policiais responsáveis pela morte de Sandro justificaram o fato da seguinte maneira, de acordo com reportagem: “Fizemos em legítima defesa da própria vida e da sociedade, movidos por violenta emoção” ((Passageiros do horror, 2000, p. 37).

O discurso é emblemático: “em defesa da sociedade”. Esta fala parece confirmar a idéia de que a morte ou melhor, o assassinato de Sandro era justificado a fim de livrar a sociedade desse tipo de gente tão maluca e perigosa para o bem da própria sociedade, e o alívio de cada indivíduo que poderia estar no lugar de Geísa, naquele ônibus, no dia do seqüestro.

O criminoso, nesse caso, tornou-se o *bode expiatório* da situação, passando a ser o alvo das atenções (e do ódio) da população e da imprensa, que expressaram o desejo de “limpar” a sociedade destas pessoas, supostamente responsáveis pelo mal social e pela violência que nos aflige.

Evidencia-se assim, um processo de construção da alteridade, em que todas as características indesejáveis e negativas são jogadas para o *outro*, neste caso, Sandro. A necessidade de manter o controle parece ser satisfeita através da degradação do *outro* indesejado. Um trecho de uma reportagem publicada ilustra bem a idéia de que a morte do bandido é algo justificado nesse tipo de situação:

“Na minha fantasia, eu trocava de canal como se estivesse vendo um filme violento, que acabaria com um ato de bravura dos mocinhos, de um Stallone ou Bruce Willis. O bandido seria alvejado com um tiro certo de fuzil, tendo morte instantânea, e as vítimas acabariam todas a salvo,” lamentou Jorge Luis de Paula Batista, em um grupo de discussão na Internet. (...) “Desliguei na hora, mas a minha esperança, como a de todos, era de que a polícia matasse o bandido. Quando soube do desfecho fiquei muito deprimida, amedrontada.” (O horror em tempo real, 2000, p. 6, 11)

A imprensa a todo momento discutiu a atuação da polícia no caso da morte de Geísa, apontando quais foram as falhas dos policiais que ocasionaram a morte da refém. Já no caso de Sandro, não se discutiu com tanto clamor e exaltação se a polícia errou ao assassiná-lo (mesmo que isso parecesse um tanto óbvio). O assunto, definitivamente, não estava colocado em pauta. A morte de Geísa (transformada em heroína, que dignamente tentava sobreviver na favela da Rocinha) foi vista como uma manifestação de incompetência policial, a morte de Sandro, não; afinal, este era um louco e perigoso que ameaçava matar a todos com uma arma em punho. O fato estava assim justificado e a diferença se tornava portanto, exterioridade.

Para Nayane Gonçalves, prima da professora, Garotinho acertou ao exonerar o comandante da Polícia Militar do Estado,

Sérgio da Cruz, mas teria errado ao mandar prender os policiais que mataram o seqüestrador Sandro do Nascimento por asfixia. “Bandido tem que morrer mesmo” (Enterro de Geísa, p. C1).

A opinião de que o criminoso deve ser exterminado parece ser compartilhada por muitos sujeitos. Uma pesquisa realizada pela *Folha de São Paulo* (Depois do ônibus, p. A6) apontou que 54% dos paulistanos entrevistados reprovaram a conduta dos policiais que mataram o seqüestrador no camburão, e 41% aprovaram a ação. A maioria dos sujeitos reprovou a conduta dos policiais, porém, o número dos que aprovaram é bastante expressivo, confirmando a idéia de que, para muitos, exterminar o agente da violência é a melhor solução para o problema.

No terreno das atitudes e representações são poucos aqueles que efetuam uma crítica das condições gerais da existência e da sociedade. (...) Acreditam que órgãos de segurança não são eficientes e que o efetivo policial deve ser aumentado. *Vários falam nos assaltantes e criminosos como inimigos que devem ser eliminados, custe o que custar.* [grifo nosso] (Velho, 1991, p. 25)

A concepção de que os sistemas judiciário e legislativo não possuem soluções eficazes para os problemas de segurança pública, a descrença da população nas instituições responsáveis por manter a ordem e a justiça, e o declínio e o enfraquecimento do poder do Estado em resolver as questões sociais acabam favorecendo a busca de soluções paralelas à justiça para resolver as situações consideradas violentas: linchamentos, matadores de aluguel, dentre outras, além da defesa da pena de morte como alternativa no combate à violência (Novo, Coelho, Ramos, & Costa, 1998). Como diz Novo (2001):

O apelo à utilização do uso da força e da violência como forma legítima de resolução de conflitos (os fins justificam os meios) tem se generalizado dentro da sociedade brasileira na medida em que as pessoas desacreditam cada vez mais no poder dos meios legais para responder aos problemas do seu cotidiano. Esse processo é complementar aos próprios desmandos e atos de corrupção praticados nas mais diferentes instâncias de poder que priorizam as formas extraleais de atingirem seus objetivos, o que vai criando um conjunto de práticas dessa natureza que vai atravessando todo o tecido social. (p. 65)

Nas diversas reportagens que tratavam da morte de Sandro, dificilmente o ato dos policiais era referido como crime ou assassinato; na maioria dos textos falava-se em “a morte de Sandro” ou “Sandro foi morto” ou ainda “Sandro foi asfiziado”, mas raramente se afirmava que Sandro foi “assassinado por asfixia”, o que parece confirmar o caráter “menor” de sua morte.

A matéria da Revista *Veja* (Entre o banditismo e a ineficiência policial, 2000) foi uma das poucas que considerou o caráter negativo da morte de Sandro. A reportagem se deteve principalmente em discutir as repercussões do seqüestro na segurança pública de nosso país, trazendo índices de violência, e propostas de solução para o problema. A matéria questionou fortemente a atuação da polícia no caso, não só

por ocasionar a morte da refém, mas também pelo assassinato de Sandro, qualificado pela revista como uma atitude covarde por parte dos policiais.

O sofrimento gerado pelo processo de exclusão simbólica dos ditos criminosos e de outros atores sociais vistos como desqualificados, em virtude da pobreza e das condições às quais estão submetidos, é analisado por Sawaia (1999) da seguinte maneira:

Elas (as pesquisas) revelam que o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano (por causa da pobreza ou em virtude da natureza restritiva das circunstâncias em que vive), é um dos sofrimentos mais verbalizados. (p. 109)

Se olharmos para a cena do seqüestro através dessa perspectiva, Sandro parece ser justamente a expressão desse sofrimento. Ele parece, com seu ato de violência, querer dizer, ou melhor, gritar para todos: “eu existo, eu sou alguém!”. Sua trajetória de menino de rua, que escapou da Chacina da Candelária, a morador de rua sem identidade nem emprego parece marcar sua deslegitimidade social.

Merecem destaque nas análises entre a produção da alteridade e a criminalidade, as relações entre as classes sociais. As classes menos favorecidas estão mais sujeitas à violência e à criminalidade, e são, freqüentemente, mal vistas pela classe média, que tende a atribuir aos pobres a culpa pela existência da violência. A diferença entre as classes parece tornar-se uma guerra de dois lados opostos.

Um dos desdobramentos do seqüestro, corrobora essa hipótese. Foram realizadas duas manifestações em protesto contra a violência: uma envolvia os moradores da favela da Rocinha, onde Geísa morava; e a outra, moradores de classe média do bairro aonde aconteceu o seqüestro. Os manifestantes dos dois eventos agiram como se o outro grupo não existisse. Poucos foram os sujeitos que compareceram ao protesto da outra classe social, conforme reportagem da Folha de São Paulo:

Um dos poucos moradores do Jardim Botânico no ato dos habitantes da favela, Paulo Henrique Souto disse que a classe média não foi por achar que “o pessoal da Rocinha” gera a violência. “Há uma confusão de conceitos, a classe média está perdida”, disse. (Ato pró-segurança, p. C6.)

Em suas análises sobre a desqualificação social, Paugam (1999) mostra que a pobreza assume um status social desvalorizado, o que obriga os pobres a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu *status*. A mídia, freqüentemente, parece corroborar essa desqualificação, uma vez que a violência produzida e/ou mantida pelas elites não tem a mesma cobertura e ênfase que fenômenos como o seqüestro do ônibus, contribuindo ainda mais para a associação entre pobreza e violência.

Sobre o mesmo ponto de vista, Mello (1999) afirma:

De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização

coletiva dos pobres pela violência. Através das imagens e das palavras eles são rotulados. Não se vêem mais pessoas. Elas tornaram-se rótulos: vêem-se carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinqüentes, criminosos, bandidos, viciados (...) porque parece que a sociedade deve reconhecer que há mortos dignos e outros indignos. Há violências que não contam, como se fossem ritos necessários à depuração da sociedade. (p.139)

A partir dessas breves análises poderíamos afirmar que Sandro (assim como outros ditos criminosos ou violentos), objetivado no lugar da alteridade, tornou-se um mero detalhe a ser eliminado dessa história trágica. Sandro “precisava” ser eliminado a fim de que a sociedade pudesse sobreviver com um pouco mais de paz e tranqüilidade; e a morte de Geísa foi vista como a expressão máxima desta tentativa. Sandro era um “tumor maligno”, um alguém que se encontra desprovido até mesmo de sua humanidade, e para quem são lançados os fantasmas sociais, principalmente em nosso dias, quando não se vislumbram soluções imediatas para o problema da violência.

Em casos como esse, os direitos humanos, de reivindicação democrática, acabam sendo vistos como “privilégio de bandidos”, ganhando uma valoração negativa em nossa sociedade, conforme as análises apontadas por Caldeira (1991). Não se trata de eximir o criminoso de sua responsabilidade tornando-o uma vítima da situação, nem de desconsiderar o sofrimento das vítimas da violência; é importante que a justiça seja feita, mas não na base do “olho por olho, dente por dente”.

Conclusões

As representações dominantes no cenário social enfocam a violência como um fenômeno produzido por um sujeito privado (no sentido de independente do social que o cerca e o constitui) que não sabe lidar com suas emoções e problemas e que, portanto, deve ser excluído da convivência social. Entendemos que a violência deve ser interpretada como um fenômeno que vem sendo gestado no modelo de sociedade desigual e excludente em que vivemos, e a solução passa, necessariamente, pela transformação social e não apenas pela “punição de culpados”.

Análises que envolvem a avaliação de fatores históricos, sociais e econômicos também envolvidos na produção da violência são, muitas vezes, ignoradas pelos meios de comunicação, que nem sempre efetuam uma crítica ao modelo de sociedade vigente, reduzindo o fenômeno da violência a explicações simplistas. A referência a motivações individuais que explicariam os atos violentos é própria de sociedades que exaltam o livre-arbítrio e a capacidade de todos serem “bons cidadãos” desde que o queiram.

Os criminosos são vistos, com freqüência, como se não fizessem parte do mundo no qual se aplicam regras, valores e considerações de justiça; gerando um processo de exclusão moral, segundo o qual determinado grupo é percebido como dispensável, não merecedor de direitos e de dignidade. Torna-

se difícil, a partir dessas representações, o estabelecimento de práticas democráticas e de construção da cidadania, como a defesa dos direitos humanos, nem sempre visto como um direito universal.

É fundamental resgatar a dimensão ética dos meios de comunicação, também responsáveis por proporcionar, através da informação, melhorias nas condições de vida da população em geral. Nesse sentido, os meios de comunicação, especialmente a televisão e o jornal, devem tornar-se veículos primordiais de divulgação e reflexão de novas representações sobre a violência, contribuindo para uma visão menos estigmatizante e estereotipada de nossos problemas sociais.

Referências

- Adorno, S. (1995). Violência, ficção e realidade. In M. H. Souza (Org.), *Sujeito: o lado oculto do receptor* (pp. 181-188). São Paulo: Brasiliense.
- Arruda, A. (Org.). (1999). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes.
- Ato pró-segurança opõe “morro” e “asfalto”. (2000, 19 de junho). *Folha de São Paulo* (Edição Nacional, Cotidiano), p. C6.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Caldeira, T. P. R. (1991). Direitos humanos ou “privilegios de bandidos”? *Novos Estudos CEBRAP*, 30, 162-174.
- Depois do ônibus. (2000, 18 de junho). *Folha de São Paulo* (Edição Nacional, Brasil), p. A6.
- Enterro de Geísa é acompanhado por 3 mil pessoas em Fortaleza. (2000, 15 de junho). *Folha de São Paulo* (Edição Nacional, Cotidiano), p. C1.
- Entre o banditismo e a ineficiência policial. (2000, 21 de junho). *Revista Veja*, ano 33, n. 25, p. 42-49.
- Geísa, a professora de olhos tristes. (2000, 16 de Junho). *Folha de São Paulo* (Edição São Paulo, Opinião), p. A2.
- Jodelet, D. (1999). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47-67). Petrópolis: Vozes.
- Joffe, H. (1999). Degradação, desejo e “o outro”. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 109-128). Petrópolis: Vozes.
- Kehl, M. R. (1995). Imaginário e pensamento. In M. H. Souza (Org.), *Sujeito: o lado oculto do receptor* (pp. 169-180). São Paulo: Brasiliense.
- Mello, S. L. (1999) A violência urbana e a exclusão dos jovens. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 129-140). Petrópolis: Vozes.
- Novo, H. A. (1996). *A dimensão ético-afetiva dos discursos sobre violência: implicações para o processo de convivência social*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Novo, H. A. (2001). Construindo implicações: (des)caminhos de uma sociedade democrática. In H. A. Novo, A. N. Andrade, & L. Souza. (Orgs.), *Ética, cidadania e participação: debates no campo da psicologia* (pp. 61-70). Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo.
- Novo, H. A., Coelho, D. C. G., Ramos, F. P., & Costa, L. N. (1998). *Concepções de violência e direitos humanos: um estudo intergeracional*. Relatório de Iniciação Científica CNPq/PIBIC não-publicado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- O horror em tempo real (2000, 18 de junho). *Folha de São Paulo* (Edição São Paulo, Revista da Folha), p. 6-11.
- O horror via satélite (2000, 18 de Junho). *Folha de São Paulo* (Edição Nacional, Cotidiano), p. C8.
- Passageiros do horror. (2000, 19 de junho). *Revista Época*, ano 3, n. 109, p. 36-42.
- Paugam, S. (1999). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 67-86). Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. (1993) Representações Sociais: o conceito e o atual estado da teoria. In M. J. Spink (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.
- Souza, M. (1998). O discurso mediático como portador da violência secundária. In *I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos: psicologia, direitos humanos e sofrimento mental* [online]. Disponível em <http://www.psicologia-online.org.br>. Acesso em 24 de agosto de 2000.
- Souza, M. H. (1995). Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In M. H. Souza (Org.), *Sujeito: o lado oculto do receptor* (pp. 13-38). São Paulo: Brasiliense.
- Velho, G. (1991). O grupo e seus limites. *Revista USP*, 39, 23-26.

Fabiana Pinheiro Ramos é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ramosfabiana@bol.com.br

Helerina Aparecida Novo, doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é professora no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: helenovo@terra.com.br

Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFES; Av. Fernando Ferrari, s/n, – Goiabeiras; Vitória, ES – CEP 29.060-900. Tel.: (27) 3335-2501.